

# Brasil deve abrir a economia

SET 1986

MERCANTIL

POLÍTICA ECONÔMICA

ADUBOS TR

Brasil

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O governo brasileiro vai introduzir uma importante mudança de linguagem na conversa que terá com governos e credores privados do País. A primeira tentativa deverá ser feita pelo presidente José Sarney, na visita que fará ao presidente Ronald Reagan, no próximo dia 9, em Washington. Trata-se de mostrar que a abertura da economia brasileira para o exterior está indissoluvelmente ligada à redução das transferências que o País faz anualmente ao mundo desenvolvido, a título principalmente de encargos da dívida externa brasileira.

O secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, disse a este jornal que não se justifica mais a economia brasileira ser tão fechada em relação ao resto do mundo, como já foi a economia soviética durante a guerra.

Hoje, o País importa, exclusivo petróleo, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto e deveria, no mínimo, voltar aos níveis históricos de importações, que eram de até 10% do PIB. Em valores atuais, isso representaria um salto de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 25 bilhões. Um espaço que Belluzzo acredita que deve ser ocupado com importações, para concretizar o crescimento econômico na base de 7% ao ano. Para isso, o Brasil teria de abrir mão do superávit comercial de US\$ 12 bilhões ao ano, hoje indispensável para pagar os juros da dívida externa.

"A economia brasileira precisa de um grau de oxigenação, de competitividade, maior do que aquele com o qual trabalha agora", enfatizou, observando que, em vez de exportador líquido de capitais, o País deveria ser "absorvedor líquido de capitais". E isso não significaria "voltar ao esquema de endividamento anterior", feito praticamente todo em empréstimos em moeda, mas "há outras formas de ingresso de recursos que devem ser estimuladas".

Nesse terreno, precisa-se de muita imaginação e criatividade, que o secretário do Ministério da Fazenda espera que governo e empresários tenham. Mais do que isso, entretanto, precisa-se de uma decisão política que terá de ser gerenciada com competência para superar o que o professor Belluzzo chama de "uma retórica nacionalista atrasada", o temor da desnacionalização da economia brasileira.

"O Brasil já passou dessa etapa. O País já dispõe de um

por Cláudia Safatle  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

parque empresarial e uma burocracia de Estado extremamente habilitados para saber escolher essas oportunidades". Há dinheiro circulando no mundo que ainda não foi alcançado pelo Brasil, como cerca de US\$ 9 trilhões em investimentos nos fundos de pensão, por exemplo. Além disso, os volumosos investimentos que se movimentaram recentemente para os Estados Unidos, movidos pela desvalorização do dólar e por altas taxas de juro "é um momento que já está passando. De agora, começa-se a apontar numa determinada direção" e, para pegá-lo, o Brasil "precisa mudar um pouco as regras que cerciam este tipo de investimento".

O governo ainda não chegou ao ponto de discutir os detalhes de uma abertura de fronteiras, de flexibilização das normas que regulam o capital estrangeiro no Brasil, "mas naturalmente isso é negociável e exigirá contrapartidas de mobilidade do capital", acenou o secretário.

O presidente José Sarney deve levar sinais dessa intenção ao governo norte-americano e, depois, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, seguem para a Europa, onde pretendem sondar as possibilidades de negociação da dívida externa brasileira. Tudo está condicionado, porém, a uma redução das transferências de capital que o Brasil faz, que hoje representam 3,8% do PIB e que o governo brasileiro deseja reduzir para 2,5% do PIB. Isso equivale, imaginando um PIB de US\$ 275,79 bilhões para 1987 e de US\$ 250 bilhões neste ano, a cair dos atuais US\$ 9,5 bilhões para cerca de US\$ 6,8 bilhões.

"A questão do comércio tem de ser resolvida em conjunto com a questão da dívida. Afinal, nós estamos impedidos de recuperar a participação histórica das importações sobre o PIB por causa da carga de juro que somos obrigados a pa-

gar ao exterior. Acho que cada vez fica mais claro que existe uma lógica na composição dessas questões", enfatizou.

## FMI: ENCONTRO

O secretário do Ministério da Fazenda esteve numa longa reunião, na tarde de terça-feira última, com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, segundo ele, um dos temas mais abordados foram estes: "Eles estão mais preocupados com os ajustes estruturais da economia brasileira no longo prazo do que com questões menores. Houve, nesse sentido da abertura da economia brasileira com contrapartida de redução das transferências de capitais ao exterior, até convergência de pontos de vista."

Belluzzo disse que o encontro foi até "produtivo" e espera que o relatório anual que a missão elaborará sobre o País seja "bom", pois seria uma atenuante para os credores internacionais.

Sobre o congelamento de

preços, ele apenas comentou: "Não achei os economistas do Fundo tão preocupados com o congelamento de preços. Eles fizeram as mesmas indagações que o brasileiro faz". Como bons conhecedores da economia brasileira, "eles estão de acordo em que a fase de crescimento precisa apenas ser bem administrada".

## POR QUE O BRASIL?

O mercado financeiro internacional tem passado por uma rápida mutação nos últimos anos e está ocorrendo o que os norte-americanos qualificam de "securitization", com a participação cada vez mais acentuada dos investidores institucionais.

O Brasil tem uma economia bastante dinâmica. "Portanto", insistiu Belluzzo, "nós temos de estar atentos para essas mudanças, que são benéficas, para aproveitá-las de maneira inteligente."

A partir daí, as alternativas são muitas. Bastaria

acabar com um processo de "superproteção" ao setor industrial brasileiro, cuja necessidade se justificou no passado, para montar o programa de substituição de importações, que hoje não se justifica mais. "É preciso expor-se à concorrência internacional."

Estimular a conversão da dívida externa em capital de risco, substituir a dívida externa junto a bancos privados internacionais por investimentos dos fundos de pensão e até mesmo vender cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) no exterior são algumas das idéias que correm nos gabinetes de assessores ligados à questão da dívida externa brasileira, em Brasília, no momento que precede a renegociação em termos plurianuais.

Todas fazem sentido, na ótica do secretário do Ministério da Fazenda. "Qualquer pessoa de bom senso, que não esteja tomada pelo preconceito autárquico, sabe que é absurdo a economia brasileira ser tão fechada."